

## **RESOLUÇÃO Nº 05/2007**

(Publicada no Diário Oficial de 02 e 03/06/2007)

**Ratifica e altera a Resolução nº 097/2005, de 28 de março de 2005, que habilitou a empresa BRASCAN DA BAHIA aos benefícios do DESENVOLVE.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002 e alterações,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Ratificar a Resolução nº 97/2005, que considerou a BRASCAN DA BAHIA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA., habilitada “*ad referendum*” aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, alterando-a para transferir a titularidade e modificar a localização do empreendimento, além de acrescentar o artigo 3º-A, retificando, desta forma, a Resolução, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Considerar habilitado aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE o projeto de implantação da BRASCAN DO NORDESTE INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA., CNPJ nº 07.769.837/0001-68, localizado no município de Simões Filho, para produzir caixas de papelão, sendo-lhe concedidos os seguintes benefícios:

I - diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo fixo do exterior, neste Estado e em outros Estados, referente ao diferencial de alíquotas;

II - dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento de até 80% do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos constantes do projeto incentivado.

Art. 2º Conceder prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir do início das operações comerciais do projeto incentivado.

Art. 3º Sobre cada parcela do ICMS com prazo de pagamento dilatado, incidirão juros de 100% da TJLP ao ano ou outra que venha a substituí-la.

Art. 3º-A. Firmar contrato para Implantação de Indústria e Outras Avenças com o Estado, afim de estabelecer os compromissos mútuos, conforme recomendação da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.”

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

**Sala de Sessões**, 23 de maio de 2007.

**RAFAEL AMOEDO AMOEDO**

Presidente